



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
Instituída pela Lei no 10.425, de 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
COORDENADORIA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - COCIC

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE PÚBLICA II			Período: 6º	Currículo: 2015
Docente: ANDRÉ LUÍS BERTASSI			Departamento: DECAC	
Pré-requisito: Contabilidade Pública I			Co-requisito:	
C.H. Total: 72 ha	C.H. Prática: 0 ha	C.H. Teórica: 72 ha	Ano: 2022	Semestre: 2º

EMENTA

Compreender a organização da área governamental, bem como os instrumentos e os mecanismos contábeis das entidades públicas. Pretende-se também aplicar a prática contábil no setor público por meio de aprendizado teórico-prático.

OBJETIVOS

- Lei de Responsabilidade Fiscal; Orçamento Público; Créditos Adicionais; Patrimônio Público; Plano de Contas e Escrituração Contábil; Demonstrações Contábeis na área pública; Funções Básicas do Siafi.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – ASPECTOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA;
- 2 - SISTEMAS CONTÁBEIS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO
- 3 - PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
- 4 – CONTABILIZAÇÕES DE ATOS E FATOS CONTÁBEIS INERENTES AO SETOR PÚBLICO
- 5 – ESTOQUES
- 6 - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL
- 7 - RECEITA DE TRANSAÇÃO SEM E COM CONTRAPRESTAÇÃO
- 8 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES
- 9 - CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 10 - CONTROLE INTERNO
- 11 - ATIVO IMOBILIZADO
- 12 - REFLEXO PATRIMONIAL DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
- 13 – FUNDEB
- 14 - PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
- 15 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 16 - PRECATÓRIO EM REGIME ESPECIAL
- 17 - CONSÓRCIOS PÚBLICOS
- 18 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
- 19 - CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS – 5º NÍVEL DO PCASP

MÉTODOS DIDÁTICOS /RECURSOS E TECNOLOGIAS

METODOLOGIA E RECURSOS AUXILIARES:

1 - Aula expositiva sobre cada item; 2 - Exercícios práticos sobre a matéria em classe; 3 - Trabalhos de pesquisa na bibliografia recomendada; 4 – Estudo de Caso.

Os Recursos auxiliares serão: Datashow; artigos científicos, jornais digitais; lousa e giz.

2 - A disciplina, se necessário, contará com a utilização de 20% da carga horária total de aulas à distância, nas quais serão desenvolvidos por meio de fórum temáticos, leitura de textos e artigos científicos, bem como resolução de exercícios. Para tanto, será utilizado o Portal Didático da UFSJ. Este portal também será utilizado para postar materiais aos alunos e para comunicações com o professor.

Atividade discente essencial:

Ler antecipadamente os tópicos apresentados no conteúdo programático conforme bibliografias básica e complementar

Portar o material teórico-prático da disciplina em todas as aulas.

Participar das discussões em sala de aula.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA

Valor das avaliações:

Trabalho individual / Atividades / Exercícios	20%
Prova (individual)	40%
Prova (individual)	40%

- PROVA SUBSTITUTIVA – para os alunos que perderem uma das avaliações acima, por qualquer motivo, será aplicada uma prova substitutiva ao final do período com o conteúdo de toda disciplina.
-

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 327 p. CTAN [336.126.5 / A553c / 3.ed.]

ARAUJO, I. da P. S.; ARRUDA, D. G. Contabilidade Pública: da teoria à prática. 2. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. 320 p. CTAN [336.126.5 / A663c / 2. ed.]

SILVA, L. M. da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 376 p. CTAN [336.126.5 / S586c /9.ed.]

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 5 de outubro, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/TSj5XY>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei Complementar N° 101, de 04 de maio de 2000. Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 5 de maio, 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/6zPByP>>.

BRASIL. LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de março, 1964. Disponível em: <<http://goo.gl/T2uOa2>>.

BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios Válido a partir do exercício de 2021. 9ª Edição. Disponível em: [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\) - 2021 11 08 — Tesouro Transparente](#)

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 452 p. CTAN [336.126.5 / P676c / 11.ed.]

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/IFAC/CFC). 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, V. L. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROSA, M. B. Contabilidade do setor público: de acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.



Prof. André Luís Bertassi
Data: 03/08/2022

Coordenador do curso